

LEI Nº 955 /2009.

Define as obrigações de pequeno valor a que alude o § 3º do art. 100 da Constituição Federal.

A CÂMARA MUNICIPAL DE MALLET, Estado do Paraná, aprovou, e eu PREFEITO MUNICIPAL sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Os débitos de pequeno valor contra a Fazenda Pública Municipal, administração direta e indireta, resultantes de execuções definitivas dispensarão a expedição de precatório.

Art. 2º - Fica definido em 40 (quarenta) salários mínimos, as obrigações de pequeno valor a que alude o § 3º do artigo 100 da Constituição Federal.

Art. 3º - O pagamento ao titular de obrigação de pequeno valor será realizado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do recebimento do ofício requisitório (requisição de pequeno valor) devendo ser demonstrado o trânsito em julgado do processo respectivo e a liquidez da obrigação.

Art. 4º - Considera-se débito ou obrigação de pequeno valor o montante bruto apurado na conta de liquidação homologada, aqui incluídos todos os valores em execução, sendo admissível desmembrar o valor devido a cada beneficiário do crédito, em caso de litisconsórcio, para que seu pagamento se faça mediante requisição de pequeno valor, quando o total homologado seja superior ao estipulado como débito de pequeno valor.

§ 1º - É vedado o fracionamento, repartição ou quebra do valor da execução ou ainda, a expedição de precatório complementar ou suplementar para que seu pagamento se faça em parte, na forma de RPV e, em parte, mediante expedição de precatório.

§ 2º - A requisição de pequeno valor adotará sempre o do salário mínimo vigente ao tempo da requisição do pagamento.

Art. 5º - Se o valor da execução ultrapassar o estabelecido no artigo 2º o pagamento será sempre por meio de precatório, sendo facultado ao credor renunciar expressamente ao crédito excedente e optar pelo pagamento do saldo, sem precatório, mediante requisição de pequeno valor, na forma prevista no § 3º, do artigo 100 da Constituição Federal.

Art. 6º - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir os créditos orçamentários necessários para o cumprimento do disposto na presente Lei.

Art. 7º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Mallet, 04 de maio de 2009

CESAR LOYOLA FLENIK
Prefeito Municipal